

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A entrega do Hospital de S. Paulo à Santa Casa da Misericórdia de Serpa tem sido um desastre para a população e uma barreira ao direito de acesso à saúde.

Os serviços e a assistência prestada ficaram muito aquém das necessidades da população e a situação no concelho tem sido marcada por um litígio crescente com a Unidade Local de Saúde, tendo a Santa Casa ameaçado, de forma reiterada, com encerramento de serviços que objetivamente prejudicaram a população.

Em 2017 a Misericórdia local chegou mesmo a anunciar a denúncia do contrato e a tentar encerrar o serviço de urgência, coisa que só não aconteceu por causa da mobilização da população. A partir de 2020, a ameaça repetiu-se e a partir de 1 de outubro desse ano o Serviço de Urgência, no período entre as 0 e as 8 horas, passou a estar de porta fechada, funcionando mediante campanha. Já em 2021 o serviço de urgência esteve totalmente encerrado durante vários dias. Já no início de 2022 o serviço de urgência voltou a encerrar durante o horário noturno e também várias vezes em horário diurno. A justificação foi a falta de médicos, falta essa que não se resumiu (nem se resume) ao serviço de urgência e tem levado à redução do número de camas na unidade de reabilitação e ao não funcionamento do bloco operatório.

A recorrente indisponibilidade do serviço de urgências faz com que, por inúmeras vezes, os utentes se desloquem até este serviço apenas para constatar que o mesmo está encerrado. Tal situação já teve consequências trágicas. Há poucos dias, um homem de 64 anos morreu à porta das urgências do hospital de Serpa porque foi impedido de entrar uma vez que não tinha médicos e a urgência não estava a funcionar. A vítima esteve uma hora à espera de assistência e acabou por falecer no local.

Esta tragédia nunca deveria ter acontecido, uma vez que a Santa Casa da Misericórdia tem a obrigação de garantir o funcionamento permanente deste serviço de urgência. Mais uma vez a Santa Casa da Misericórdia de Serpa falhou, desrespeitou deliberadamente o acordo que tem com o SNS e, mais uma vez, provou não ser entidade credível para gerir um hospital que deve

ser público e que deve ser plenamente integrado no Serviço Nacional de Saúde.

A situação é tão evidente que torna incompreensível a posição do Governo do PS que, ao longo dos anos, tem fechado os olhos a esta degradação constante e tem abandonado a população de Serpa. Perante o fracasso da gestão da Santa Casa da Misericórdia o governo do PS tem mantido um acordo de gestão que está objetivamente a colocar em causa a saúde e a segurança da população. Confrontado com a situação, o Ministro da Saúde voltou a não se comprometer com o fim do acordo com que o Governo PSD/CDS entregou este hospital a gestão privada e empurrou qualquer decisão só lá para 2025 e, mesmo assim, sem qualquer compromisso.

Tal situação não pode continuar. O hospital de Serpa tem de voltar à gestão pública e ao Serviço Nacional de Saúde e deve ser alvo de um projeto de investimento e requalificação públicos, como o Bloco de Esquerda tem vindo a defender.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Ministro da Saúde, as seguintes perguntas:*

1. Como justifica o Governo que se mantenha um acordo de gestão que ao longo dos anos tem provado ser péssimo para o hospital de Serpa, para o SNS e para a população?
2. Como justifica manter em vigor uma privatização de gestão levada a cabo por um governo PSD/CDS?
3. Até quando vai o governo aceitar esta situação de degradação e esta negação de direitos à população de Serpa?
4. Perante a tragédia de um utente que morreu sem assistência à porta das urgências do hospital de Serpa, que responsabilidades serão assacadas à Santa Casa da Misericórdia de Serpa que tinha a obrigação de ter este serviço em funcionamento?

Palácio de São Bento, 6 de julho de 2023

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)